

COOPERATIVISMO VIRTUAL: O CASO DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE NOVA VENEZA (COOFANOVE), EM SANTA CATARINA

Dimas de Oliveira Estevam¹

Juliana Marcolino²

Joelcy José Sá Lanzarini³

Kristian Madeira⁴

RESUMO

As cooperativas virtuais são uma forma alternativa de cooperação, quando comparadas ao modelo tradicional. Uma das muitas diferenças é que, para a sua efetivação, não são necessários investimentos em instalações e equipamentos, pois cada cooperado utiliza a sua própria Unidade Familiar de Produção (UFP), e a cooperativa tem o papel de legalizar a produção dessas UFPs. O objetivo deste artigo é estudar como se organizam e funcionam essas cooperativas virtuais, por meio do estudo de caso da Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Nova Veneza (Coofanove), em Santa Catarina. A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a exploratória; quanto ao procedimento, foi utilizado o estudo de caso, com abordagem qualitativa e tendo como instrumento de coleta de dados o questionário aplicado a 12 dos 22 cooperados. Os resultados da pesquisa de campo foram positivos em diversos aspectos: a permanência dessas famílias no campo, com melhoria da renda; o despertar do espírito cooperativista e solidário entre os cooperados; e um modelo inovador e diferenciado que poderia ser estimulado em outros municípios e regiões do País.

Termos para indexação: Coofanove, cooperativas virtuais, economia solidária.

VIRTUAL COOPERATIVE SYSTEM: THE CASE OF THE COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE NOVA VENEZA (COOFANOVE), IN SANTA CATARINA, BRAZIL

ABSTRACT

Virtual cooperatives stand as an alternative form of cooperation when compared to the traditional model. One of the many differences is that for its effectuation, investments in facilities and equipment are not necessary, as each member of the cooperative uses their own Family Unit of Production (FUP) and the cooperative's role is to legalize the production of these FUPs.

¹ Economista, Doutor em Sociologia Política, professor do Departamento de Economia da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), Av. Universitária 1105, Bairro Universitário, CEP 88806-000 Criciúma, SC. doe@unesc.net

² Economista, especialista nas áreas trabalhista e previdenciária. juliana.marcolino@gmail.com

³ Economista, professor do Departamento de Economia da Unesc, extensionista da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). joelcy@unesc.net

⁴ Matemático, Mestre em Educação, professor do Departamento de Economia da Unesc. kristian@unesc.net

The objective of this paper is to study how these virtual cooperatives are organized and work by means of a case study of the Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Nova Veneza (Coofanove), a cooperative located in Santa Catarina, Brazil. The methodology used in this research was exploratory. As to the procedure, this research used the case study with a qualitative approach, by taking as a tool for data collection the questionnaire given to twelve of the twenty-two members. The results of the field research were positive in several respects: the permanence of these families in the countryside with higher income; the awakening of the cooperative spirit and solidarity among members; and a distinguished and innovative model that could be stimulated in other Brazilian cities and regions.

Index terms: Coofanove, solidarity economy, virtual cooperatives.

INTRODUÇÃO

O cooperativismo caracteriza-se como um movimento internacional de sujeitos com objetivos comuns de constituir uma sociedade fundamentada nos valores de justiça, solidariedade, democracia e ajuda mútua. A primeira cooperativa, nos moldes conhecidos atualmente, surgiu em Rochdale, Inglaterra, no ano de 1844, como resposta à exploração e às crises do sistema capitalista, tendo como ferramentas decisivas a autogestão e a solidariedade. Baseando-se nessa iniciativa, o movimento se organizou e desenvolveu seus valores e princípios.

No Brasil, por volta do ano de 1610, com a chegada dos padres jesuítas, realizaram-se empreendimentos de caráter coletivo, fundamentados na religião. Todavia, formalmente, a história do cooperativismo no Brasil está vinculada à fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em Minas Gerais, em 1889.

Em Santa Catarina, as primeiras experiências cooperativistas remontam ao início da década de 1900, trazidas pelos imigrantes italianos. Tais iniciativas catarinenses foram implantadas no setor agropecuário, que ainda hoje permanece em destaque, seja pelo número de associados, seja pelo volume de produção.

Em termos de organizações coletivas, na atualidade, é difícil separar a economia solidária do movimento cooperativista. No Brasil, a partir da década de 1980, devido à grande diversidade e complexidade dessas organizações, decidiu-se denominá-las de economia solidária. Essa outra forma de organização configura um imenso campo, abrangendo as diversas formas de agricultura familiar, das empresas recuperadas (por meio da autogestão), cooperativas,

incubadoras de cooperativas e outras inúmeras experiências coletivas (LISBOA, 2004).

Essas organizações, segundo o autor supracitado, se encontravam dispersas e fragmentadas pelo País. Diante disso, houve um esforço para aglutinar todas essas experiências em torno do conceito de “economia solidária” que abrange esse vasto campo de atividades descrito acima. Essa articulação possibilitou reunir essas experiências em torno de um amplo movimento social, e o resultado desse esforço foi a criação da Senaes (Secretaria Nacional de Economia Solidária).

No início deste século, as iniciativas de implantação de cooperativas virtuais foram desenvolvidas como uma nova forma de organização cooperativista não patrimonial. Desenvolvidas inicialmente por técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) do Paraná, elas surgiram com o objetivo de organizar os pequenos produtores rurais descapitalizados, oferecendo-lhes proteção e condição de desenvolver sua produção em conformidade com as exigências legais, além de possibilitar o desenvolvimento socioeconômico das famílias rurais. A cooperativa virtual permite a legalização da atividade dos agricultores familiares, ainda que não haja grande infraestrutura e investimentos. Ou seja, na cooperativa virtual, é possível viabilizar as atividades artesanais (tradicionalis) da agricultura familiar com os princípios da economia solidária.

Inspirada nesse modelo paranaense das cooperativas virtuais ou não patrimoniais, em 2004, foi fundada, no Município de Nova Veneza, no sul do Estado de Santa Catarina, a Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Nova Veneza (Coofanove). Essa iniciativa contou com o apoio da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Prefeitura do município, Sindicato de Trabalhadores Rurais e agricultores. A Coofanove foi criada com o objetivo de promover o desenvolvimento das famílias dos associados, bem como da comunidade em que está inserida, possibilitando melhoria da renda e da qualidade de vida.

A Coofanove foi a primeira cooperativa no sul do Estado de Santa Catarina criada nos moldes do cooperativismo virtual ou não patrimonial. O objetivo do artigo é estudar como se organizam e funcionam as cooperativas virtuais, por meio do estudo de caso da Coofanove. Parte-se desse estudo de

caso para melhor compreender essa nova maneira de organização do sistema cooperativo.

Uma pesquisa dessa natureza se justifica diante das constantes transformações por que passa o campo nos últimos anos, como o êxodo, o envelhecimento, a evasão dos jovens, e as novas exigências de legalização de produção e comercialização de produtos agropecuários. Esse novo modelo de cooperativa merece uma investigação cuidadosa, principalmente por propiciar soluções alternativas potenciais para o enfrentamento desses problemas, sobretudo o da fixação da força de trabalho jovem no campo. Esse tipo de estrutura pode representar uma oportunidade para a agricultura familiar no que concerne ao seu poder de recomposição em face das transformações estruturais e tecnológicas da atualidade.

O presente artigo está dividido em cinco seções: a parte introdutória; o referencial teórico; a metodologia utilizada na pesquisa de campo; a análise dos dados obtidos dos cooperados da Coofanove; e as conclusões.

A TRAJETÓRIA DO COOPERATIVISMO AO LONGO DA HISTÓRIA

O objetivo deste item é descrever a trajetória do cooperativismo ao longo da história e, também, realizar uma breve discussão sobre a economia solidária. Esta parte do artigo encontra-se organizada em três seções: a primeira apresenta os aspectos considerados relevantes sobre a história do cooperativismo, seus princípios e os seus pressupostos; a segunda realiza uma discussão sobre os pressupostos da economia solidária; e a terceira traz uma reflexão sobre cooperativismo virtual e sua relação com trabalho em redes.

A trajetória do cooperativismo mundial

O cooperativismo tem sua origem como resposta à exploração capitalista no século XIX. Surgiu na Europa como uma proposta alternativa aos problemas sociais gerados pelas contradições da primeira Revolução Industrial. Em seu início, acreditava-se que, por meio do cooperativismo, seria possível contrapor-se à lógica capitalista e superá-la de maneira alternativa, pacífica, gradual e solidária. Baseadas nesses princípios da autogestão e da solidariedade, que se contrapõem aos princípios competitivos do capitalismo, várias correntes

do socialismo e anarquismo tentaram internalizar essa plataforma em algumas experiências inovadoras. Porém, percebeu-se, posteriormente, que essas experiências, de modo geral, tiveram curta duração graças à lógica do próprio sistema capitalista.

Os principais precursores do pensamento cooperativo no mundo, de acordo com Veiga e Fonseca (2001), foram, entre outros, Robert Owen, William King, Charles Fourier e Charles Gide. Robert Owen, nascido no final do século XVIII, no País de Gales, parte de uma experiência bem-sucedida de transformar uma fábrica de fiação de New Lanark em um modelo de colônia na qual trabalhadores com heterogênea origem social tornaram-se cidadãos dignos, e sugere a criação de aldeias cooperativas como estratégia para acabar com o desemprego e a pobreza que marcavam o ano de 1817 (VEIGA; FONSECA, 2001).

Nessas aldeias idealizadas por Owen, as pessoas viveriam em total regime de comunidade, e seriam coletivos todos os meios para elaborar os produtos comercializados. A ideia de Owen é que algumas aldeias cooperativas deveriam ser destinadas à produção industrial, e outras, à agropecuária. Graças a esses pensamentos, Owen ganhou fama diante dos outros industriais como defensor do movimento socialista, pois deixava visíveis seus ideais de transformar a sociedade, acabando com a “máquina” capitalista (VEIGA; FONSECA, 2001).

Robert Owen partia do princípio de que o objetivo central do indivíduo é a busca da felicidade. Segundo Rech (2000), para Owen, não poderia ser alcançada plenitude individualmente; esta só seria possível partindo-se do coletivo, reafirmando-se, assim, sua postura socialista. Em suma, para Pinho (2004), a grande contribuição de Robert Owen está no fato de que as cooperativas devem caminhar e se estabelecer a fim de eliminar o lucro.

Charles Fourier também teve grande participação no pensamento cooperativista, segundo Veiga e Fonseca (2001), ao defender a ideia de que os homens deveriam se guiar por leis morais e intelectuais, dando liberdade aos desejos e paixões humanas, com o intuito de que eles se harmonizassem de forma a constituírem uma sociedade perfeita. As indústrias, de acordo com Fourier, deveriam ser organizadas em falanstérios⁵.

⁵ Consistiam em grandes construções comunais que refletiriam uma organização harmônica e descentralizada, em que cada um trabalharia conforme suas paixões e vocações.

Para Charles Gide, defensor do pensamento cooperativista, seria possível substituir o modelo capitalista de sociedade por repúblicas cooperativas. No sistema de repúblicas cooperativas, “[...] todos os setores da economia se organizariam num sistema cooperativista no qual a soberania seria do consumidor e as relações de mercado, medidas pelas próprias cooperativas, beneficiariam a todos” (VEIGA; FONSECA, 2001, p. 26).

A primeira experiência de cooperativismo com grande representatividade ocorreu em Rochdale, na Inglaterra, em 1844. A partir dessa iniciativa, o cooperativismo ganhou grande impulso e disseminou-se por todo o mundo.

[...] a famosa cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, considerada a mãe de todas as cooperativas. Ela surgiu em Rochdale, um importante centro têxtil no norte da Inglaterra, em 1844. Fundada por 28 operários qualificados de diversos ofícios, metade deles owenista, entre os seus objetivos estava a criação de uma colônia autossuficiente e o apoio a outras sociedades com este propósito (SINGER, 2002, p. 39).

A criação da cooperativa de Rochdale está diretamente relacionada, para Singer (2002), com o fracasso da greve realizada pelos tecelões desse centro têxtil, no ano de 1844. Alguns desses tecelões se uniram e formaram o conjunto de princípios universais do cooperativismo que perduram até os dias atuais.

O modelo cooperativo de Rochdale foi o primeiro a conseguir se manter no mercado capitalista, representando uma reação dos trabalhadores em razão das suas necessidades econômicas. Rapidamente, esse modelo se disseminou pelo mundo, conquistando novos adeptos e desenvolvendo outras formas de cooperativismo. Esses pioneiros não apenas fundaram as cooperativas, mas também desenvolveram os princípios de funcionamento do sistema cooperativista no mundo (VEIGA; FONSECA, 2001).

Os princípios criados pelos pioneiros de Rochdale, de acordo com Singer (2002), são os seguintes: a) direito de um voto para cada cooperado, independentemente do capital que este tenha investido, assegurando-lhe democracia nas decisões; b) princípio da “porta aberta”, ou seja, a adesão de novos membros é livre; c) pagamento de taxa de juros fixa a todo capital que a cooperativa tomasse em empréstimo; d) divisão das sobras em proporção a sua participação; e) vendas dos produtos da cooperativa aceitas com pagamento à vista; f) vendas somente de produtos que não houvessem passado por nenhum tipo de modificação, dadas as circunstâncias nas quais a Inglaterra se encontrava;

g) desenvolvimento de programas de incentivo à educação cooperativa; h) neutralidade diante dos assuntos políticos e religiosos.

Ao longo da história do cooperativismo, foram acrescentadas e ampliadas as normas do estatuto e, ao mesmo tempo, excluídos outros pontos – sempre o cooperativismo tentou se adaptar à realidade. Assim, cada vez mais, ele afastou-se dos ideais iniciais e buscou a eficiência econômica e, com isso, perdeu o seu caráter social (SINGER, 2002).

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) mantém os princípios dos ideais de Rochdale com novas modificações, embora essas mudanças tenham feito que, cada vez mais, os ideais originais fossem sendo adaptados às exigências do capitalismo.

A TRAJETÓRIA DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO

No que concerne à história do cooperativismo brasileiro, percebe-se que a grande maioria das experiências cooperativas nasceu e se expandiu com mais intensidade nas regiões Sul e Sudeste do País.

Ainda, com referência à distribuição das cooperativas nas regiões do Brasil, ressalta-se que quase 60% se localizam em estados das regiões Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e Sudeste (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo). Isso evidencia uma determinada configuração econômica dessas regiões, não necessariamente porque há uma cultura associativa ou cooperativista, mas porque o agronegócio nesses estados se estrutura em base cooperativista. Esse fato é observável quando se relaciona o número de cooperativas com o de cooperados nesses mesmos estados (WESTPHAL, 2008).

Embora se atribua o surgimento das cooperativas nessas regiões, durante o período imperial, a aspectos culturais – “[...] houve, na região de imigração europeia não lusa, várias experiências de associações econômicas, algumas inspiradas no modelo de falanstérios, de Charles Fourier” (SCHNEIDER, 1991, p. 241) –, esses aspectos não se evidenciam na atualidade. No entanto, ressalta-se que é com a Proclamação da República, em 1889, que surgirá um ambiente mais propício à liberdade de associação e de organização social.

Conforme o mesmo autor, somente a partir dessa fase, começaram a surgir as primeiras organizações efetivamente cooperativas.

Formalmente, a história do cooperativismo no Brasil teve início no ano de 1889, com a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, sendo essa a primeira cooperativa constituída por homens livres no pós-período de escravidão (PINHO, 2004).

Todavia, foi no período militar, a partir de 1964, contraditoriamente, que o cooperativismo recebeu os seus maiores incentivos de parte do Estado. Com fortes incentivos fiscais do governo, as cooperativas não surgiram de bases sólidas e de uma reflexão sobre a necessidade de organização, que são suas características. A afirmação do movimento cooperativo brasileiro ocorre com muitos incentivos governamentais, principalmente os vinculados ao setor agroexportador que favoreceram, por um lado, a modernização das instalações do empreendimento e a ampliação na quantidade de silos e armazéns, assim como um aumento expressivo no número de associados. Mas esse aumento no tamanho da organização causou, por outro lado, uma perda de identidade da cooperativa em relação aos valores e princípios da doutrina rochdaleana. “Surgia um número crescente de associados cada vez mais alheios à sua organização, tornando-se meros ‘clientes’ de uma organização que percebiam não mais lhes pertencer” (SCHNEIDER, 1991, p. 244). Ocorre então a desvirtualização da característica doutrinária do cooperativismo, segundo a qual os associados são ao mesmo tempo “donos” e “usuários” da empresa. A prática do cooperativismo empresarial relega o cooperativado (principalmente os pequenos produtores) à função de usuário, eliminando o seu papel de proprietário.

Dessa forma, a vida das pequenas cooperativas é afetada, quer por não atuarem com produtos nobres, quer por não o fazerem em grande escala. Acabam, assim, muitas vezes, por se inserir na dinâmica das novas cooperativas que surgem e que estão mais bem adequadas à política econômica global vigente, ou acabam por se subordinar a ela.

O cooperativismo então vivenciado por esses produtores assume a mesma lógica que a das grandes empresas capitalistas, porque não há diferença, para o produtor, entre uma cooperativa e uma agroindústria. Os princípios iniciais se perderam; agora essas cooperativas visam a atender aos objetivos de crescimento

e de estabilidade econômica, dentro de um mercado altamente concorrido e competitivo (SCHNEIDER, 1991).

O período de 1988 a 1995 foi marcado economicamente por uma forte recessão no País. Conforme Pinho (2004), a principal causa foi o enfraquecimento do Estado brasileiro, em consequência do fracasso dos vários planos econômicos. Nesse cenário de recessão da economia brasileira, o movimento cooperativista vivenciou duas situações contraditórias: por um lado, as cooperativas de consumo e agrícolas enfrentavam um momento de falta de recursos financeiros para encarar a alta inflação do período; por outro, a situação precária da economia brasileira favoreceu o surgimento de novos tipos de cooperativas urbanas, destacando-se as de crédito, educação, trabalho e habitação.

O cooperativismo brasileiro, de 1996 a 2002, conforme autora acima referenciada, expande-se internacionalmente graças a intercâmbios econômicos com outros países, assumindo caráter solidário. Nesse período, também são fundados no País órgãos representantes do cooperativismo em escala nacional e estadual – os serviços nacionais de aprendizagem do cooperativismo (Sescops), sindicatos que atuam diretamente no sistema OCB, difundindo a vertente da economia solidária. Finalizando o período, em 2003, houve a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

A TRAJETÓRIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

É difícil separar a trajetória da economia solidária daquela do movimento cooperativista. Atualmente, por causa da grande diversidade e complexidade de organizações solidárias, decidiu-se denominá-las de economia solidária. Essa outra economia configura um imenso campo que abrange as formas de agricultura familiar, dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), das empresas recuperadas (por meio da autogestão), das cooperativas, das redes de comércio justo, de incubadoras de cooperativas, de inúmeras experiências de finanças solidárias, de clubes de trocas, das economias indígenas, dos quilombos, etc. (LISBOA, 2004).

Essas experiências, segundo o autor supracitado, se encontravam dispersas e fragmentadas. A partir do momento em que surgiu o conceito

“economia solidária”, houve a aglutinação de todo um abrangente campo de atividades, possibilitando articular essa e outras experiências em torno de um amplo movimento social. No Brasil, o resultado desse esforço foi a criação da Senaes (Secretaria Nacional de Economia Solidária).

Afinal, em que consiste a economia solidária? A novidade e o diferencial estão na ideia da solidariedade. Na economia solidária, o termo solidariedade não é um mero adjetivo: é central, reformata a lógica econômica. A economia solidária incorpora a solidariedade no centro da atividade econômica. Por isso, a denominação mais adequada seria socioeconomia solidária (LISBOA, 2004).

A economia solidária, para Singer (2002), não é apenas uma forma de preencher as lacunas sociais e econômicas deixadas pelo sistema capitalista; ela busca oferecer a opção a toda a sociedade para obter um sistema superior ao capitalista. Essa superioridade defendida por Singer não está contida apenas no aspecto econômico, mas também na questão social, que é seu foco, contribuindo para que os indivíduos tenham mais qualidade de vida.

No sistema solidário, segundo Arroyo e Schuch (2006), ao contrário do que se vivencia no sistema capitalista, a organização da sociedade ocorre da base para o topo. Dessa forma, ocorre melhoria da qualidade de vida de todos os envolvidos, pautada nos princípios da cooperação e da solidariedade.

A economia solidária, para Mance (2008), ganhou maior força em todo o mundo nas últimas décadas, dada a busca constante dos indivíduos pelo desenvolvimento de alternativas sustentáveis e justas, com o objetivo de solucionar os gargalos deixados pelo processo de globalização instituído pelo sistema capitalista. Esse movimento global solidário teve como resposta o aparecimento de variadas formas da economia solidária asseguradas em movimentos de caráter cultural, social e democrático.

A economia solidária, pós-cooperativa de Rochdale, somente ressurgiu no cenário mundial com o advento do neoliberalismo no início da década de 1980. As transformações oriundas das ideias neoliberais, conforme observa Singer (2003), forçaram as empresas a inovarem em produtos e processos a fim de se manter ou ganhar mais espaço no mercado. Nesse período, surge o modelo toyotista, lançado pela indústria automobilística japonesa. O toyotismo implica gestão participativa, por meio da organização dos trabalhadores em células de produção, as quais privilegiavam e exploravam toda a capacidade

do trabalhador na execução daquela tarefa. Como consequência dessas transformações, grande massa de trabalhadores ficou desempregada ou subempregada.

Numa tentativa de contrapor esse sistema, a economia solidária pode ser considerada na atualidade uma alternativa ao sistema capitalista, e não apenas uma ferramenta contra o desemprego ou a marginalização da sociedade em tempos de crise. O ressurgimento da economia solidária, conforme destaca Singer (2002), não é alternativa defendida apenas pela classe social marginalizada; ele é a aposta também de inúmeras instituições de caráter religioso, educacional, político e assistencial.

AS COOPERATIVAS VIRTUAIS

As cooperativas virtuais surgiram por volta do ano 2000, por meio do incentivo da Emater do Estado do Paraná. Para Guimarães Júnior (2002), as cooperativas virtuais representam uma quebra de paradigmas culturais, organizacionais, econômicos e produtivos ao fugirem da ideia majoritária de que, principalmente no setor agropecuário, a constituição de uma cooperativa envolve obrigatoriamente grandes instalações, o que não se aplica às cooperativas desse tipo. Outro diferencial desse empreendimento é o fato de que basta existirem produtores interessados e devidamente engajados ao movimento cooperativista para que se constituam as cooperativas virtuais.

Para que as cooperativas virtuais gerem os resultados esperados, não há necessidade de um grande número de associados, o que assegura melhoras significativas na vida dos cooperados. Esse tipo de organização cooperativa, conforme Guimarães Junior (2002), não exige uma grande infraestrutura para armazenagem e beneficiamento do produto, uma vez que cada cooperado possuirá a sua própria Unidade de Produção Familiar (UPF)⁶, levando o produto já pronto para ser comercializado na cooperativa ou no próprio comércio.

⁶ Unidade de Produção Familiar constitui uma combinação específica de elementos chamados de fatores de produção; e utiliza-se a expressão para diferenciá-la das propriedades rurais tradicionais.

O seu baixo custo operacional se deve à exigência de apenas duas a três pessoas – sendo um diretor-presidente e no máximo dois funcionários – para manter o andamento das atividades da cooperativa. As cooperativas virtuais podem ser consideradas como um novo tipo de cooperativismo, sendo representadas por uma nova forma de empresa associativa que reúne produtores e produção de maneira organizada, permitindo a adequação dos produtos às tendências e exigências do mercado consumidor (GUIMARÃES JUNIOR, 2002).

As cooperativas virtuais, conforme o autor acima, recebem o mesmo tratamento legal que as outras cooperativas: possuem registro em juntas comerciais e inscrição na receita federal e estadual, assim como todos os demais registros cabíveis em decorrência do ramo de atividade da cooperativa.

A cooperativa virtual é uma forma de organização que oferece proteção ao produtor, o qual encontra nesse tipo de empreendimento os instrumentos para legalizar a sua produção e comercialização. Outras vantagens destacadas são as facilidades do produtor em inserir seus produtos no mercado consumidor; a diminuição do processo de intermediação do produto, resultando em maiores retornos ao produtor, que pode reinvestir em sua produção; o baixo custo; e a maior autonomia quanto à administração do capital proveniente de sua produção (GUIMARÃES JUNIOR, 2002).

Um dos aspectos importantes das cooperativas virtuais, destacado por Sepulcri (2010), é a possibilidade de trabalhar com uma diversidade de produtos. Como a produção é descentralizada, cada UFP poderá produzir e comercializar diversos produtos a um baixo custo operacional por causa dessa característica da produção isolada e individual, o que não se consegue nos moldes usuais de cooperativas tradicionais.

A produção ocorre de forma descentralizada nas UFPs, o que permite a cada produtor determinar o ritmo da sua produção, bem como a forma com que fará a gestão de sua unidade produtiva, respeitando, assim, as diferenças entre os associados, permitindo que cada um determine o ritmo, o nível de investimentos necessários e a forma de gerenciamento do seu empreendimento. É, portanto, uma forma de abrigar as diferenças pessoais, aproveitando as semelhanças existentes entre os associados.

Redes de Cooperação Virtual

As cooperativas virtuais estão inseridas em redes. Estas, para Soares Júnior (2006), são um arranjo organizacional formado por um grupo de sujeitos que se articulam com a finalidade de realizar objetivos que, de forma isolada, seriam complexos e inalcançáveis. A rede é caracterizada pela condição de autonomia das organizações e pelas relações de interdependência que elas estabelecem entre si. É um espaço no qual se produz uma visão compartilhada da realidade, articulam-se diversos tipos de recursos e conduzem-se ações de forma cooperada.

As cooperativas inseridas no contexto de redes de cooperação, como no caso das virtuais, buscam nesse modelo de organização uma força maior e mais sólida para superar a agitação e a insegurança do mercado diante das intensas transformações, tanto organizacionais quanto tecnológicas. Por isso, as configurações de redes consistem em interações ou relações entre colaboradores interdependentes que cooperam para alcançar um objetivo (SOARES JUNIOR, 2006).

METODOLOGIA

Considerando-se os objetivos propostos para este artigo, foi utilizada primeiramente a pesquisa bibliográfica, que é aplicável a todo tipo de trabalho, de acordo com Cervo e Bervian (1983), tanto como ferramenta para levantamento de dados históricos como para fundamentação do trabalho. Num segundo momento, foi utilizada a pesquisa descritiva do tipo estudo de caso, que, segundo os autores (CERVO; BERVIAN, 1983, p. 57), “[...] é a pesquisa sobre um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade para examinar aspectos variados de sua vida”. O grupo pesquisado constituiu-se de uma parcela dos associados da Coofanove. Dessa forma, o instrumento de coleta de dados utilizado para responder aos objetivos propostos neste artigo foi a aplicação de questionário, que “[...] é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com melhor exatidão o que se deseja” (CERVO; BERVIAN, 1983, p. 159).

A abordagem da pesquisa deste artigo é do tipo qualitativa. As fontes de pesquisa dividem-se em primárias (aplicação de questionário semiaberto) e secundárias (livros, artigos, meios magnéticos e eletrônicos). A escolha da

Coofanove justifica-se por se tratar da primeira cooperativa nos moldes do cooperativismo virtual no sul do Estado de Santa Catarina.

Os questionários foram aplicados de abril a maio de 2010, a 12 dos 22 associados da cooperativa, escolhidos por conveniência. Quanto aos 10 associados restantes, 3 estavam ainda em processo de associação à cooperativa, o que inviabilizou a aplicação do questionário; outros 3 associados disseram não dispor de tempo para responder às perguntas; e quanto a 4 associados, não foi possível aplicar-lhes o questionário em virtude da ausência do associado durante a visita às residências.

A TRAJETÓRIA DA COOFANOVE

A Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Nova Veneza (Coofanove) foi fundada no dia 19 de julho de 2004. Sua sede está localizada na Rua Nicolau Pederneiras, Centro de Nova Veneza, SC. No ano de 2005, a Coofanove inaugurou o seu showroom para exposição dos produtos dos associados, facilitando a divulgação e a comercialização.

A ideia de criar a cooperativa⁷ surgiu com a percepção das dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais em comercializar sua produção numa feira municipal. A feira desses agricultores funcionava semanalmente (todas as quartas-feiras) nos fundos da rodoviária municipal de Nova Veneza. Essa feira teve curta duração: depois de dois anos de funcionamento, encerrou suas atividades por diversos motivos, entre os quais se destaca a ilegalidade dos feirantes e de sua produção. Desses obstáculos impostos pela legislação vigente surgiu a necessidade de buscar outras formas de organização. A ideia inicial, de criar uma cooperativa para organizar esses produtores, surgiu de um extensionista da Epagri de Criciúma. O objetivo era organizá-los numa cooperativa que possibilitasse aos produtores legalizar sua produção e comercializar livremente. Dessa maneira, nove dos ex-feirantes se uniram e, com o apoio da Epagri, foram à procura de mais onze membros, para completar o número mínimo exigido pela legislação vigente para organizar uma cooperativa.

⁷ Essa parte do artigo foi baseada na entrevista com o Sr. Altair Valdatti, presidente da Coofanove, no dia 20 de maio de 2010.

Embora houvesse, inicialmente, produtores rurais participantes da feira em número bem acima desse mínimo, no decorrer das 55 reuniões realizadas para constituir a cooperativa, muitos desistiram, principalmente porque o cooperativismo tradicional deixou marcas extremamente negativas nos agricultores e, com isso, a ideia ficou desgastada no meio rural da região. Nesse contexto, organizar coletivamente os interesses socioeconômicos de todos não é uma tarefa fácil. Por isso, para obter os 20 membros necessários para formar a cooperativa, muitas dificuldades foram encontradas, e houve a necessidade de buscar associados em outros municípios.

Depois de todo o processo de mobilização, reuniões e assembleias, finalmente, em 2004, foi fundada a Coofanove. A cooperativa iniciou seus trabalhos numa pequena sala que servia de escritório, com uma funcionária responsável por organizar a burocracia e as atividades de constituição. No ano seguinte, 2005, a cooperativa expandiu suas atividades com a inauguração de uma loja para exposição e comercialização dos produtos dos cooperados. A Epagri e a Prefeitura Municipal de Nova Veneza tiveram participação decisiva para concretizar essa primeira etapa. A prefeitura custeia as despesas dos aluguéis da sala onde funciona o showroom e da sede da Coofanove, e a Epagri promove cursos e auxilia nos trâmites burocráticos.

A Coofanove está dentro do modelo de cooperativa virtual ou não patrimonial, por servir de abrigo aos pequenos produtores cooperados, ao possibilitar a organização da atividade de forma individual sob um único CNPJ, o da Coofanove. A vinculação dos associados à cooperativa deu-se por meio de contrato de comodatos⁸, forma que ainda é utilizada na adesão de novos cooperados.

A Coofanove é uma organização sem fins lucrativos, constituída para promover o desenvolvimento sustentável das famílias rurais, tanto dos seus associados quanto da comunidade em que estão inseridos, por meio da produção, industrialização e comercialização de biscoitos e bolachas; pães e bolos; conservas de frutas e verduras; geleias; massas caseiras alimentícias e lasanhas; tecidos e malhas; farinha de milho; embutidos; vinhos; cachaça; e licores⁹.

⁸ Contrato de Comodato estabelece o empréstimo de algo para uso e posterior devolução.

⁹ Conforme Estatuto de Constituição da Cooperativa.

Seus objetivos estão vinculados ao desenvolvimento de atividades que prezem pela defesa, incentivo e promoção da produção agroindustrial familiar, pautada na distribuição equitativa dos seus lucros e dividendos. Outra ação da cooperativa é a prestação de assistência educacional, social e econômica aos seus cooperados e colaboradores, favorecendo, assim, o desenvolvimento humano de seus membros e da comunidade. Oferece aos seus associados e interessados cursos de aperfeiçoamento sobre cooperativismo, associativismo, produção artesanal e comercialização em parceria com a Epagri de Nova Veneza.

Descrição dos dados coletados com os associados

Este subitem constitui-se da descrição das informações coletadas, por meio da pesquisa de campo com os cooperados da Coofanove. Num universo total de 22 associados, foram entrevistados 12. Em relação aos municípios de origem dos entrevistados, a grande maioria (75%) reside no Município de Nova Veneza (sede da Coofanove), e os demais (25%), em Forquilha. Para se ter uma noção sobre o gênero dos associados à cooperativa, 14 são do sexo feminino e 8, do sexo masculino; já entre os entrevistados, 7 eram mulheres e 5 eram homens. O número maior de mulheres associadas que de homens é atribuído às características das atividades desenvolvidas nas Unidades Familiares de Produção (UFPs). As mercadorias produzidas e comercializadas pela cooperativa, em sua maioria, têm origem vinculada ao trabalho feminino, conforme a divisão social do trabalho¹⁰ dentro das UFPs; por isso, há o predomínio das mulheres no quadro de associados da Coofanove.

A idade dos entrevistados estava na faixa de 29 a 59 anos, mas a grande maioria dos cooperados encontrava-se na faixa etária dos 41 aos 50 anos, com desvio-padrão de 8,15. Com isso, verificam-se a pouca presença dos jovens nos quadros da cooperativa e a elevada idade dos associados, levando-se em conta o pouco tempo de existência da Coofanove. Quanto ao estado civil dos sócios, apenas um era solteiro; dois, divorciados; e os demais, casados. Sobre a escolaridade, constatou-se que 50% não tinham completado o Ensino Fundamental, 25% tinham o Ensino Fundamental completo, 16,67% tinham o Ensino Médio e 8,33% tinham o Ensino Superior completo.

¹⁰ Como se verificará mais adiante, em geral os produtos comercializados na Coofanove são produzidos pelas mulheres. Tais atividades no meio rural tradicionalmente são consideradas trabalhos femininos.

Se o nível de escolaridade era baixo, buscou-se saber quanto à formação dos associados em Cooperativismo e Economia Solidária. Dos entrevistados, 16,7% não tinham participado de nenhum curso, e 83,3% já tinham frequentado cursos sobre os temas que foram viabilizados, geralmente, pela própria cooperativa, pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-SC) e pela Epagri.

Outro ponto levantado pela pesquisa foi em relação ao número de pessoas que residem nas UFPs. Os dados referentes a esse tema corroboram dois aspectos verificados anteriormente: a idade elevada e o baixo nível de escolaridade. Esse fato é constatado pelo reduzido número de jovens que residem com os pais nas propriedades. As famílias dos entrevistados eram compostas pelo casal, um ou dois filhos e, em alguns casos, os avós. As famílias são constituídas da seguinte forma: 50% com quatro pessoas, 16,7% com cinco, 16,7% com três, 8,3% com duas e 8,3% com apenas uma pessoa.

O número de filhos que residem com a família é baixo, fato confirmado na realização das atividades naquela UFP: somente 16,7% dos cooperados contam com o auxílio de um ou dois filhos no processo de produção; nas demais UFPs, em 25% dos casos, o processo é realizado por somente um dos cônjuges (na maioria, mulheres) e em 58,3%, pelo casal. Outro fato relevante é que, para suprir o problema da mão de obra, 25% das Unidades Familiares utilizam pessoas de fora da UFP.

Em relação à produção e comercialização dos cooperados na Coofanove, os produtos estão distribuídos em 82 tipos, agrupados de acordo com a Tabela 1:

Tabela 1. Distribuição percentual dos 82 itens produzidos e comercializados pelos cooperados na Coofanove, agrupados por tipo.

Tipo de produtos	Distribuição percentual (%)
Panificação, massas, lasanhas, panquecas e outros	41,1
Derivados de frutas (geleias, licores, sucos, vinhos e outros)	42,7
Derivados da cana-de-açúcar (melado, açúcar mascavo e outros)	3,7
Conservas (pepino, beterraba, cenoura, cebola e outros)	3,7
Derivados do milho (farinha de milho e outros)	2,4
Embutidos (salame colonial, torresmo e outros)	2,4
Outros produtos de menor escala	4,0
Total	100,0

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Com exceção de um associado, que não comercializa sua produção diretamente no showroom da cooperativa, os demais cooperados vendem no local ao menos um produto. Há outros pontos de venda da produção dos associados: na própria UFP, entre os associados, nas prefeituras, em supermercados e no comércio em geral.

Nas entrevistas, procurou-se saber quais foram os principais entraves enfrentados para estabelecer o seu próprio negócio: 33,3% dos respondentes se referiram às “exigências sanitárias” como o principal. A explicação era que, para atender a todos os critérios exigidos pela vigilância sanitária, são necessários grandes investimentos financeiros nos estabelecimentos, principalmente para os produtos de origem animal. Nesse aspecto, a legislação vigente pouco diferencia se a produção é pequena (artesanal) ou grande (agroindústria); quase sempre as normas são elaboradas para atender à grande indústria.

Se, por um lado, a falta de recursos financeiros dificulta a realização dos investimentos necessários nos estabelecimentos, por outro, a dificuldade de acesso ao crédito foi apontada como o principal entrave por 16,7% dos respondentes. Segundo eles, as instituições de crédito os consideram profissionais autônomos; por isso, exigem certas garantias, o que muitas vezes inviabiliza o acesso a linhas de crédito disponíveis.

Para outro grupo de entrevistados (16,7%), o principal problema está relacionado à “ilegalidade” de seus concorrentes. Isto é, outro forte entrave ao desenvolvimento de suas atividades é o grande número de pessoas sem registro, que comercializam produtos similares aos seus, sem que sofram sanção dos órgãos de fiscalização. Dessa forma, ocorre forte desigualdade de preços entre os produtos, já que o oferecido pelo cooperado exige maior investimento que o do produtor ilegal. Com base nos depoimentos dos entrevistados, de modo geral, percebe-se que as dificuldades destacadas são semelhantes às enfrentadas pela maioria dos produtores rurais no País, em termos de legislação para a produção, acesso a linhas de crédito e, de modo geral, acesso às políticas públicas para o campo.

Conforme descrito, os cooperados apontaram uma série de problemas ainda remanescentes. Nesse contexto, buscou-se saber, então, se haveria vantagens em se associar à Coofanove. Como resposta, os entrevistados citam, como grande contribuição da cooperativa, a possibilidade de legalizar a sua

atividade. A partir do ingresso na Coofanove, os cooperados passaram a usufruir da inscrição do CNPJ, com alvarás de funcionamento, o que possibilitou a venda de seus produtos livremente no comércio, sem restrições dos órgãos de fiscalização. Outras vantagens relacionam-se aos aspectos burocráticos. Quando o produtor se associa, seus custos são reduzidos, uma vez que a documentação e as inscrições necessárias já estão à disposição, cabendo ao associado apenas providenciar o alvará sanitário e de funcionamento.

A redução dos custos – com contabilidade, códigos de barra, notas fiscais, pagamento de funcionários e outros – por meio de rateio entre os associados foi apontada como uma das grandes vantagens em se associar à Coofanove. Outro aspecto importante foi a divulgação dos produtos: a cooperativa tornou-se conhecida em todo o sul-catarinense; com isso, a produção passou a ter mais visibilidade. A Epagri teve um papel decisivo nessa divulgação, principalmente no acesso aos programas do governo federal, como é o caso da venda de produtos para a merenda escolar e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Outro ponto relevante destacado pelos entrevistados diz respeito ao espírito cooperativo e solidário entre os cooperados. A cooperação permitiu criar laços de amizade entre os membros da Coofanove. Com isso, a defesa do interesse comum por meio da divulgação de seus produtos e dos produtos dos outros associados é considerada a chave do sucesso da Coofanove.

Esse espírito solidário tem proporcionado aos associados a aquisição conjunta de matéria-prima diretamente dos fornecedores a preços menores. Além disso, a troca de produtos entre os cooperados tem sido uma prática constante e estimulada. A padronização da qualidade dos produtos ofertados, agregando valor, é o ponto mais destacado e decisivo para colocar esses produtos no mercado, proporcionando o aumento das vendas e, conseqüentemente, da renda.

Entre as características marcantes dos respondentes estão suas experiências anteriores em organizações não governamentais e comunitárias. Embora 75% não tivessem nenhuma experiência anterior em cooperativas, a participação em atividades comunitárias era a sua marca. Os outros 25%, além de terem essas participações, já haviam sido associados a outras cooperativas. Questionados se percebiam diferenças entre o modelo de organização da cooperativa virtual e o de uma cooperativa tradicional, os entrevistados

apontaram várias, entre elas a liberdade de controlar a produção e estipular o preço de venda adequado, enquanto, numa cooperativa tradicional, o produtor entrega sua produção in natura a um preço inferior ao comercializado. Ou seja, no modelo tradicional eles seriam meros fornecedores de matéria-prima a ser transformada pela cooperativa.

A composição da renda dos cooperados foi outro tema abordado pela pesquisa. Dos respondentes, 33,3% não possuem outra fonte de renda, a não ser a que advém da comercialização da produção na Coofanove. Os demais (66,7%) afirmaram contar com outra fonte de renda, obtida das seguintes formas: 25%, de trabalho fora; 25%, de aposentadoria; 37,5%, de atividades agrícolas; e 12,5%, de fontes diversas.

No universo entrevistado, 91,7% dos respondentes reconhecem que a Coofanove significa tanto uma forma de melhorar sua condição econômica e de vida, como uma maneira de fortalecer aspectos sociais, associativos e solidários. Para 8,3% dos entrevistados, a cooperativa representa apenas uma maneira de fortalecer os aspectos sociais, não oferecendo significativa viabilização econômica.

A participação dos associados em cursos, palestras, reuniões e assembleias é frequente: 83,3% disseram participar de todos os eventos e programação realizados pela entidade; e 16,7% responderam que participam esporadicamente. O elevado percentual de associados participantes é um interessante indicador de que os valores do cooperativismo estão bem internalizados, pois sem essa participação a cooperativa perde o seu caráter social e democrático.

Sobre se havia interesse em ampliar os negócios na propriedade, 41,7% dos entrevistados responderam não ter essa pretensão. Entre os motivos apresentados, o primeiro é a falta de interesse familiar pelo negócio, principalmente dos filhos. Além disso, por não desejarem contratar funcionários, esses entrevistados preferem manter o negócio na forma como está no momento. Os demais (58,3%) demonstraram interesse em ampliar e modernizar seus empreendimentos por meio do aumento da estrutura da UFP, com a aquisição de novos equipamentos mais avançados e a diversificação da produção, e com a intenção de permanecer associados à Coofanove.

Para concluir, pode-se afirmar que o cooperativismo virtual desenvolvido pela Coofanove, em contraposição ao cooperativismo tradicional, mostrou-se

eficiente, pois a distribuição total das sobras aos cooperados proporcionou melhoria significativa da renda das famílias e, com isso, houve melhoria na qualidade de vida das famílias. Se não tivesse ocorrido a intermediação da cooperativa, muitos desses produtores rurais não teriam conseguido legalizar a sua produção, pois a burocracia e os custos decorrentes são individualmente muito elevados, e alguns agricultores certamente já teriam abandonado o campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da pesquisa de campo demonstrou que, apesar da baixa compreensão dos cooperados sobre os conceitos de economia solidária e cooperativismo, é possível confirmar a aplicação efetiva de alguns dos princípios, destacando-se a democracia, a ajuda mútua, a solidariedade e a autonomia.

No que se refere à situação socioeconômica dos cooperados, foi possível averiguar que, de forma geral, ocorreram melhoras significativas, comparando-se sua situação antes de ingressarem na cooperativa com depois de terem ingressado. A adesão ao sistema cooperativista virtual permitiu aos cooperados melhores níveis de renda e maior desenvolvimento social e cultural, aumentando a qualidade de vida, independentemente do investimento financeiro.

Como resultado desta pesquisa, constatou-se a importância desse modelo de cooperativa para os produtores rurais, pois reduziu as assimetrias entre os agricultores e o mercado, diminuindo a intermediação da produção. Isso assegura aos cooperados a condição de participar de todo o processo de produção, não restringindo sua atuação à mera entrega dos seus produtos in natura, além de melhorar a qualidade de vida dos cooperados.

Em suma, a Coofanove tem sido considerada um método para a legalização da atividade, ao reduzir custos aos associados e proporcionar outras vantagens, tais como a divulgação conjunta da produção, o interesse comum, a compra de matéria-prima coletivamente, a melhoria da qualidade dos produtos comercializados, e o aumento das vendas e das sobras.

Com base nos depoimentos dos entrevistados, de modo geral, percebe-se que as dificuldades destacadas são semelhantes às enfrentadas pela maioria dos produtores rurais no País, em termos de legislação para a produção, e acesso a

linhas de crédito e às políticas públicas para o campo. No entanto, cabe fazer uma ressalva quanto às particularidades culturais do ambiente em que a Coofanove está inserida: o município de Nova Veneza tem tradição associativa, e a presença atuante da Epagri, que é a organização estadual de pesquisa agropecuária, tem incentivado as iniciativas associativas e inovativas dos municípios da região sul-catarinense.

Os dados levantados neste estudo permitem constatar os benefícios do modelo de cooperativismo virtual adotado em Nova Veneza, SC, com a implantação da Coofanove. Ainda que, como todo processo inovador, as premissas de sucesso do modelo e as suas características estejam atreladas ao contexto no qual acontece, os autores consideram que a experiência da Coofanove de aderência à forma virtual de cooperativa pode servir como referência para iniciativas semelhantes, em contextos da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. **Economia popular e solidária**: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- GUIMARÃES JUNIOR, J. C. S. **Área de organização rural**. [Ponta Grossa: s.n.], 2002. Trabalho apresentado no Encontro de Produtores Rurais de Ponta Grossa, PR, 2002.
- LISBOA, A. de M. **Economia solidária hoje**: significado e perspectivas. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas-UFSC, 2004. (Texto para Discussão, 5).
- MANCE, E. A. **Constelação Solidarius**: as fendas do capitalismo e sua superação sistêmica. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2008.
- PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.
- RECH, D. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- SCHNEIDER, J. O. **Democracia**: participação e autonomia cooperativa. São Leopoldo, RS: Unisinos, 1991.
- SEPULCRI, O. **Redes de organização para comercialização**. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br>>. Acesso em: 24 mar. 2010.
- SINGER, P. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES JUNIOR, D. **A organização de redes de unidades produtivas como instrumento de apoio ao desenvolvimento territorial rural**. 2006. 143 f. Dissertação (Mestrado em Administração)–Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual de Londrina, Londrina. Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/redreferencia/d_dimassoares.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2010.

VEIGA, S. M., FONSECA, I. **Cooperativismo**: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WESTPHAL, V. H. Os sistemas cooperativistas brasileiro e alemão: aspectos comparativos. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 40-54, 2008.

Trabalho recebido em 18 de setembro de 2010 e aceito em 20 de janeiro de 2011